

Inácio Magalhães Filho

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

**LIÇÕES DE
DIREITO PREVIDENCIÁRIO
E ADMINISTRATIVO
NO SERVIÇO PÚBLICO**

4ª edição revista, ampliada
e atualizada com a EC nº 103/2019

Prefácio
J. U. Jacoby Fernandes



FORUM

**LIÇÕES DE DIREITO
PREVIDENCIÁRIO E
ADMINISTRATIVO NO
SERVIÇO PÚBLICO**

4ª edição revista, ampliada e
atualizada com a EC nº 103/2019

Prefácio
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO E
DIREITO PREVIDENCIÁRIO.

Áreas afins
DIREITO CONSTITUCIONAL E
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 10003462

O desafio que move o autor consiste em apresentar ao leitor as lições assimiladas no decorrer de sua carreira profissional, com o rigor técnico exigido pela hermenêutica jurídica e o favorecimento da compreensão necessária ao aprendizado e à atualização da matéria previdenciária, diante das inovações doutrinárias e legislativas.

Na obra, examinam-se inúmeras questões enfrentadas no dia a dia do serviço público, como previdência social, regime jurídico, benefícios previdenciários, acumulação de cargos, limite remuneratório e fiscalização pelos Tribunais de Contas, entre outros temas, aliando a teoria à prática.

As questões são analisadas à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina. Nada obstante, o autor não se furta a desenvolver teses inéditas, lançando, para tanto, um olhar novo sobre temas polêmicos, na perspectiva de contribuir para o debate.

M1881 Magalhães Filho, Inácio
Lições de direito previdenciário e administrativo no serviço público / Inácio Magalhães Filho. 4. ed. rev., ampl. e atual. – Belo Horizonte : Fórum, 2022.
536p.
ISBN 978-65-5518-472-3

1. Direito Previdenciário. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Constitucional. I. Título.

CDD: 341.362

CDU: 342.98

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MAGALHÃES FILHO, Inácio. *Lições de direito previdenciário e administrativo no serviço público*. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 536p. ISBN 978-65-5518-472-3.

Inácio Magalhães Filho

Doutor em Direito na especialidade ciências jurídico-processuais pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Mestre em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Especialista em Direito Público pelo ICAT/UDF. Bacharel em Direito pela AEUDF e em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB). Professor de Direito Administrativo e de Direito Constitucional. Instrutor, conferencista, palestrante. Além das experiências descritas, há, ainda, aquelas desenvolvidas ao longo de sua carreira no serviço público: Conselheiro, Presidente, Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Procurador do Ministério Público junto ao TCDF, Analista de Finanças e Controle Externo do TCDF, Fiscal de Tributos Estadual do Estado do Mato Grosso, entre outras exercidas no setor público.

PREFÁCIO	
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	17
APRESENTAÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1	
ASPECTOS CONCEITUAIS DA SEGURIDADE SOCIAL	21
1.1 Origem epistemológica.....	21
1.2 Evolução histórica da seguridade social	21
1.3 Evolução principiológica da seguridade social.....	25
1.4 Seguridade social no Brasil	30
1.4.1 Síntese histórica.....	31
1.4.2 Modelo constitucional da seguridade social brasileira a partir da CF/1988	34
CAPÍTULO 2	
PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	39
2.1 Conceito básico	39
2.2 Regimes de previdência social.....	40
2.3 Regime Próprio de Previdência Social.....	50
CAPÍTULO 3	
CONCEITOS BÁSICOS DO ESTATUTO JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	57
3.1 Agentes públicos.....	57
3.2 Servidores públicos	60
3.3 Concurso público.....	62
3.4 Cargo público	69
3.5 Servidor titular de cargo efetivo.....	70
3.6 Servidor em estágio probatório que exerce cargo comissionado	76
3.7 Sistema remuneratório.....	79
3.7.1 Remuneração.....	79
3.7.2 Vencimento	80
3.7.3 Vencimentos	80
3.7.4 Remuneração do cargo efetivo	82
3.7.5 Subsídio.....	82
3.7.6 Gratificação natalina – Integração à base de cálculo da média após a EC nº 103/2019.....	93
3.7.7 Vantagens pecuniárias	94
3.7.8 Indenizações	95
3.8 Competência legislativa.....	96
CAPÍTULO 4	
APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO.....	97
4.1 Caracterização do ato de aposentadoria do servidor público.....	97
4.2 A natureza jurídica da aposentadoria	101
4.3 Modalidades de aposentadoria	113

CAPÍTULO 5	
APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO...	117
5.1 Aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de acidente de trabalho	120
5.2 Aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de doença profissional	127
5.3 Aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de doença do trabalho	128
5.4 Direito adquirido à aposentadoria por invalidez qualificada decorrente de doença grave, contagiosa ou incurável.....	128
5.5 Direito adquirido à aposentadoria por invalidez simples.....	130
5.6 Direito adquirido – Aposentadoria por invalidez × Emenda Constitucional nº 70/2012.....	130
CAPÍTULO 6	
APOSENTADORIA COMPULSÓRIA	133
6.1 Fundamentos da aposentação compulsória.....	133
6.2 Efeitos da aposentadoria compulsória	136
CAPÍTULO 7	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA ORDINÁRIA	143
7.1 Evolução normativa.....	143
7.2 A nova alteração da Emenda Constitucional nº 103/2019.....	154
7.3 Tempo na carreira e no cargo efetivo.....	156
7.4 Caracterização do tempo de serviço prestado a empresas estatais, como efetivo exercício no serviço público	166
7.4.1 Tempo de serviço público na Administração indireta para efeito de aposentadoria, em conformidade com a legislação anterior à EC nº 103/2019.....	172
7.4.2 Tempo de serviço público na Administração indireta e o direito de opção pelas regras de transição previstas nas emendas constitucionais nºs 41/2003 e 47/2005.....	174
7.4.3 O conceito de serviço público nas regras estatuídas pela Emenda Constitucional nº 103/2019	175
7.5 Tempo de contribuição do aposentado	180
7.6 Tempo de aluno-aprendiz	182
7.7 Abono de permanência – Evolução histórica	184
7.7.1 Abono de permanência de acordo com a Emenda Constitucional nº 103/2019	188
7.7.2 Natureza jurídica do abono de permanência	189
7.8 Panorama histórico da aposentadoria de magistrados, ministros e conselheiros de Tribunais de Contas e membros do Ministério Público	208
7.8.1 Da vedação constante do §3º do art. 25 da EC nº 103/2019 e o tempo de OAB	211
7.8.2 Aposentadoria-sanção.....	214
7.8.3 Desaposentação, reaposentação e renúncia à aposentadoria.....	216
CAPÍTULO 8	
APOSENTADORIAS ESPECIAIS	219
8.1 Retrospectiva	219
8.2 O novo ordenamento estabelecido pela EC nº 103/2019.....	221
8.3 Aposentadoria especial dos servidores com deficiência.....	222
8.4 Aposentadoria especial do policial civil. Apanhado histórico.....	228
8.4.1 Aposentadoria especial referente a atividades policiais e afins, segundo a EC nº 103/2019	231
8.5 Aposentadoria especial dos servidores que exercem atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde	236
8.6 Aposentadoria do professor – Considerações gerais	245

8.6.1	Aposentadoria do professor, segundo a EC nº 103/2019	253
8.7	Considerações finais sobre a aposentadoria especial.....	255
CAPÍTULO 9		
PENSÃO CIVIL		
9.1	Aspectos conceituais	259
9.2	Concessão de pensão civil, segundo a legislação em vigor antes da promulgação da EC nº 103/2019	261
9.2.1	Pensão provisória por morte presumida do servidor	265
9.2.2	Perda da qualidade de beneficiário.....	266
9.2.3	Acumulação de pensões	267
9.2.4	Renúncia expressa ao benefício pensional	267
9.2.5	Causas de perda de qualidade de beneficiário introduzidas pela Lei nº 13.135/2015	268
9.2.6	Demais considerações acerca da pensão, segundo a legislação anterior.....	270
9.2.7	Regra para a concessão de pensão, segundo a EC nº 41/2003 e a EC nº 47/2005	270
9.3	Regras para a concessão de pensão introduzidas pela EC nº 103/2019	272
9.3.1	Acumulação de pensão, segundo as regras da EC nº 103/2019	277
9.3.2	Condições gerais para a concessão da pensão, de acordo com a EC nº 103/2019.....	279
9.3.2.1	Cessaçã do direito ao benefício.....	281
9.3.2.2	Cessaçã do direito por morte presumida.....	281
9.4	Casos especiais de concessão de pensão por morte.....	282
9.4.1	Companheira x concubina	282
9.4.2	Pensão homoafetiva.....	287
9.4.3	Ex-companheira com dependência econômica/pensionista alimentícia/pensionista separada de fato.....	288
9.4.4	Enteado.....	290
9.4.5	Menor sob guarda ou tutela provisória.....	290
9.4.6	Invalidez de beneficiário adquirida após o óbito do instituidor	291
9.4.7	Dupla dependência econômica.....	292
9.4.8	Possibilidade de benefício pensional com valor inferior ao salário mínimo	294
9.4.9	A pensão por morte do servidor que exerce atividades policiais e afins	295
CAPÍTULO 10		
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....		
10.1	Salário-família	297
10.2	Auxílio-reclusão	298
10.3	Conflitos interpretativos na aplicação dos benefícios no âmbito dos regimes próprios de previdência.....	299
CAPÍTULO 11		
PARIDADE E REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS		
11.1	Reajuste do redutor da pensão	309
11.2	Paridade das pensões decorrentes de revisão de proventos com base no art. 190 da Lei nº 8.112/1990	311
11.3	Paridade das pensões de instituidores aposentados antes da EC nº 41/2003, porém falecidos após seu advento	313
11.4	Paridade e reajuste das pensões após o advento da EC nº 103/2019.....	313
CAPÍTULO 12		
ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS, DE PROVENTOS COM PROVENTOS, DE PROVENTOS COM VENCIMENTOS.....		
		315

CAPÍTULO 13

LIMITE REMUNERATÓRIO DO SERVIDOR PÚBLICO.....	339
13.1 Normas que tratam do teto remuneratório dos servidores públicos.....	341
13.1.1 Origem constitucional.....	341
13.1.2 Origem legal	342
13.1.3 Origem no Supremo Tribunal Federal	343
13.1.4 Origem no Conselho Nacional de Justiça.....	350
13.1.5 Origem no Conselho Nacional do Ministério Público	356
13.1.6 Origem no Tribunal de Contas da União.....	360
13.1.7 Origem em ações civis públicas.....	361
13.1.8 Origem no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	361
13.2 Diversas parcelas remuneratórias e sua subsunção ou não ao limite constitucional	364
13.2.1 Vantagens pessoais	364
13.2.2 Cargo em comissão/função comissionada	365
13.2.3 Acumulação de cargos	365
13.2.4 Abono de permanência.....	368
13.2.5 Benefícios oriundos do Regime Geral de Previdência Social.....	369
13.2.6 Pensão especial.....	370
13.2.7 Benefícios de previdência complementar fechada.....	371
13.2.8 Hora extra	372
13.2.9 Adicionais de insalubridade, periculosidade e noturno.....	373
13.2.10 Hora-aula, gratificação por encargo de curso ou concurso.....	374
13.2.11 Benefícios de previdência complementar fechada oriundos de emprego público.....	374
13.2.12 Jeton por participação em órgão deliberativo	375
13.2.13 Benefício especial criado pela Lei nº 12.618/2012.....	375
13.2.14 Acumulação de jurisdição dos magistrados e membros do Ministério Público.....	378
13.2.15 Honorários advocatícios	378
13.2.16 Adicional de férias cuja remuneração base supera o limite remuneratório.....	379
13.2.17 Conversão em pecúnia de licença-prêmio não usufruída.....	380
13.2.18 O limite remuneratório em relação aos valores percebidos a título de pensão: o alcance em relação a benefícios do RGPS e os procedimentos que devem ser seguidos	380
13.3 Teto constitucional aplicável aos servidores dos Tribunais de Contas estaduais.....	382
13.4 Possíveis conclusões sobre o teto constitucional aplicável aos servidores públicos	383
13.5 Cálculo de pensões, cuja remuneração ou proventos do instituidor superam o limite remuneratório	384

CAPÍTULO 14

FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E DE PENSÃO PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	387
14.1 O controle da legalidade dos atos concessórios de aposentadoria e de pensão	388
14.2 A função corretiva dos Tribunais de Contas	389
14.3 A decadência em processos dos Tribunais de Contas.....	391

CAPÍTULO 15

CÁLCULOS HIPOTÉTICOS DE PROVENTOS	399
---	-----

PRIMEIRA PARTE

CÁLCULOS ANTERIORES À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019

15.1	Aposentadoria compulsória por implemento de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.....	403
15.2	Aposentadoria por invalidez permanente decorrente de doença prevista em lei.....	404
15.3	Aposentadoria por invalidez permanente decorrente de moléstia não especificada em lei.....	405
15.4	Aposentadoria de policial federal pelas regras da Lei Complementar nº 51/1985.....	406
15.5	Aposentadoria com base no art. 8º da Emenda Constitucional nº 20/1998.....	411
15.6	Aposentadoria com base no art. 8º, §1º, da Emenda Constitucional nº 20/1998	413
15.7	Pensão. Redutor de 30%. Emenda Constitucional nº 41/2003.....	415
15.8	Aposentadoria com base no art. 8º, §4º, da Emenda Constitucional nº 20/1998	416
15.9	Aposentadoria com base no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.....	418
15.10	Aposentadoria. Direito adquirido. Aposentadoria compulsória.....	420
15.11	Aposentadoria com base no art. 3º da EC nº 47/2005 (Regra nº 95).....	421
15.12	Revisão de proventos com base no art. 190 da Lei nº 8.112/1990.....	422
15.13	Aposentadoria voluntária (art. 2º Emenda Constitucional nº 41/2003).....	425
15.14	Vantagens pessoais. Aumento de proporcionalidade. Direito adquirido.....	427
15.15	Aposentadoria de magistrados, membros do Ministério Público e ministros do Tribunal de Contas da União, de acordo com a regra de transição prevista no art. 8º, <i>caput</i> , §§2º e 3º da EC nº 20/1998.....	431
15.16	Aposentadoria por idade e tempo de contribuição, de acordo com a regra prevista no art. 40, §1º, inc. III, “a”, da CF, com a redação da EC nº 41/2003....	433
15.17	Pensão instituída por servidor falecido entre 1º.1.2004 e 19.2.2004 (data da regulamentação da EC nº 41/2003).....	434
15.18	Pensão instituída por servidor falecido na atividade após 3.4.2019.....	436
15.19	Pensão instituída por servidor que ao falecer estava aposentado nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.....	438
15.20	Aposentadoria especial de professor.....	440
15.21	Aposentadoria voluntária com base no direito adquirido no período de 16.12.1998 a 31.12.2003. Implemento das condições de elegibilidade até 31.12.2003. Proventos integrais.....	441
15.22	Aposentadoria voluntária com base no direito adquirido no período de 16.12.1998 a 31.12.2003. Implemento das condições de elegibilidade até 31.12.2003. Proventos proporcionais.....	443
15.23	Aposentadoria com fundamento na Súmula nº 33 do Supremo Tribunal Federal.....	444
15.24	Pensão. Redutor de 30%. Emenda Constitucional nº 41/2003.....	446
15.25	Aposentadoria. Inclusão da gratificação natalina no cálculo dos proventos conforme a sistemática estabelecida no art. 1º da Lei nº 10.887/2004.....	449

SEGUNDA PARTE

CÁLCULOS REFERENTES À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019

15.26	Aposentadoria com direito adquirido.....	453
15.27	Aposentadoria – Regra de transição do art. 4º, para servidor que ingressou no serviço público antes de 31.12.2003.....	454
15.28	Aposentadoria – Regra de transição do art. 4º, para servidor que ingressou no serviço público após 31.12.2003 e antes da EC nº 103/2019.....	455
15.29	Aposentadoria de professor – Regra de transição do art. 4º, para servidor que ingressou no serviço público antes de 31.12.2003.....	457
15.30	Aposentadoria de professor – Regra de transição do art. 4º, para servidor que ingressou no serviço público após 31.12.2003 e antes da EC nº 103/2019...	458
15.31	Aposentadoria do policial e equiparados – Regra geral de transição.....	460
15.32	Aposentadoria do policial – Regra de transição específica.....	461

15.33	Aposentadoria ordinária – Regra geral do art. 10 da EC nº 103/2019	463
15.34	Aposentadoria por incapacidade geral	465
15.35	Aposentadoria por incapacidade decorrente de acidente de trabalho, de doença profissional e de doença do trabalho	466
15.36	Aposentadoria – Regra de transição do art. 20, para servidores que ingressaram no serviço público até 31.12.2003 e antes da EC nº 103/2019	468
15.37	Aposentadoria – Regra de transição do art. 20, para servidores que ingressaram no serviço público após 31.12.2003 e antes da EC nº 103/2019	469
15.38	Aposentadoria compulsória – Regra geral do art. 10 da EC nº 103/2019	471
15.39	Aposentadoria especial – Regra de transição do art. 21 da EC nº 103/2019	472
15.40	Pensão civil – Art. 23 da EC nº 103/2019. Servidor aposentado	474
15.41	Pensão civil – Art. 23 da EC nº 103/2019. Servidor na ativa.....	474
15.42	Pensão civil – Art. 23 da EC nº 103/2019 – Dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave	475
15.43	Acúmulo de pensão. Art. 24 da EC nº 103/2019	477
15.44	Cálculo da integralidade em caso de jornada de trabalho diferenciada e vantagens remuneratórias variáveis de natureza permanente – §8º do art. 4º da EC nº 103/2019.....	480
REFERÊNCIAS.....		483
APÊNDICE.....		505
ÍNDICE REMISSIVO ALFABÉTICO		527